MÍDIA E RISCO A SAÚDE:
O CASO DOS EMAGRECEDORES NAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO

GT 5: Comunicação e Saúde

Vanessa Melo do Amaral
Aluna do curso de Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
vjornalist@gmail.com

Josué Laguardia
Pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
josue.laguardia@icict.fiocruz.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar a representação da noção de risco à saúde nas Revistas Semanais de Informação durante o período em que se discutiu a retirada dos medicamentos emagrecedores (Anfepramona, Mazindol, Femproporex, e Sibutramina) do mercado brasileiro. Nosso pressuposto é de que a crescente visibilidade dada aos temas da saúde pelos dispositivos midiáticos tem contribuído para a construção de imaginários sobre a saúde e para a

ressignificação da noção de risco em nossa sociedade. A fim de investigar os processos de visibilidade, analisamos textos publicados em quatro revistas semanais de informação brasileiras: Revista Veja, Revista IstoÉ, Revista Carta Capital e Revista Época, a partir do referencial teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais. Com base nos postulados semiológicos, esse estudo considerou a propriedade dos discursos de construírem realidades e utilizou a análise discursiva da mídia para obter elementos que auxiliassem a compreensão dos mecanismos de funcionamento social que regem a luta simbólica pela definição do que é risco.

Introdução

As questões relacionadas à obesidade, suas causas e conseqüências para a saúde, bem como possíveis tratamentos, têm mobilizado de forma significativa, no Brasil e no mundo, a imprensa e os meios de comunicação tradicionais, assim como as mídias alternativas e as redes de relacionamento *online*. A discussão é parte de um debate mais amplo, que evidencia a constante preocupação com a saúde e a busca por estilos de vida saudável em prol da minimização de riscos, inquietações características da contemporaneidade e que conformam uma dinâmica sociocultural muito específica, que Ulrich Beck denominou de "Sociedade dos Riscos".

Nessa "nova" sociedade, o dever de evitar cotidianamente os riscos à saúde é naturalizado, uma responsabilidade que se impõe no âmbito individual e coletivo e que assume valores morais, convertendo-se em um eficiente mecanismo de controle e organização da vida em sociedade. Parte deste cenário, a lógica epidemiológica ganha força e os mecanismos de aferição e contabilização de riscos deixam o espaço restrito da comunidade científica para povoar as rodas de conversa, as matérias de jornais, os programas de televisão.

Em 2010, a publicação de um estudo que avaliou o risco da utilização da Sibutramina entre pacientes obesos motivou um debate mundial sobre o perfil de segurança deste medicamento. No Brasil, a polêmica foi estendida, também, aos medicamentos a base de anfetamina, proibidos na Europa e nos Estados Unidos, mas largamente utilizados em nosso país até aquele momento. O impasse sobre os inibidores de apetite[1] registrados no Brasil foi solucionado em outubro de 2011, com a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em manter a sibutramina no mercado, ampliando o controle sobre a venda desse produto, e em cancelar o registro dos medicamentos a base de anfetamina (Femproporex, Anfepramona, Mazindol).

A polêmica foi largamente midiatizada e até os dias de hoje a decisão da autoridade reguladora brasileira é questionada por meio de ações judiciais e pronunciamentos contrários da indústria farmacêutica e de entidades médicas. Há uma forte pressão pela volta dos medicamentos, inclusive com a tramitação de projeto de lei na Câmara dos Deputados que prevê a anulação da decisão da Anvisa e o retorno dos emagrecedores derivados de anfetamina ao mercado.

Com base no pressuposto de que a crescente visibilidade dada aos temas da saúde pelos dispositivos midiáticos contribui para a construção de imaginários sobre a saúde e para a ressignificação da noção de risco em nossa sociedade, o presente trabalho pretende analisar como o conceito de risco à saúde foi retratado pelas Revistas Semanais de Informação durante o processo de retirada dos medicamentos emagrecedores do mercado brasileiro. Para tanto, abordamos a importância da mídia e do conceito de risco para a construção das identidades no mundo moderno e analisamos textos publicados em quatro revistas semanais de

[1] Inibidores de apetite são compostos emagrecedores que agem diretamente no sistema nervoso central, eliminando a vontade de comer.

informação brasileiras: Revista Veja, Revista IstoÉ, Revista Carta Capital e Revista Época.

A mídia é entendida, neste trabalho, como dimensão cultural, social, política e econômica do mundo moderno (Silverstone, 2002) e os discursos midiáticos como formas de prática social, lugar de disputas simbólicas pelo exercício do poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 1989; Pinto, 1999; Araújo, 2000).

A mídia e a mediação da experiencia

A mídia é uma presença constante em nossa vida diária, uma dimensão essencial da nossa experiência contemporânea. Dependemos das conexões midiáticas para nos informar e divertir, para fins de conforto e segurança, para compreender o mundo em que vivemos, produzir e partilhar seus significados (Silverstone, 2002). É por meio da mídia que os diversos campos sociais ganham visibilidade e passam a existir e se relacionar na esfera pública, incorporando a lógica e os processos rituais do "campo dos media"[2].

Com base nesse entendimento, Roger Silverstone (2002) defende que a mídia deve ser estudada como parte da "textura geral da experiência" e vista como um processo. "Entender a mídia como um processo – e reconhecer que o processo é fundamental e eternamente social – é insistir na mídia como historicamente específica" (Silverstone, 2002, p. 17).
John B. Thompson (2013), ao apresentar sua "teoria social da mídia", explica que o desenvolvimento dos meios de comunicação foi uma parte integral do surgimento das sociedades modernas e transformou significativamente o que ele

[2] Segundo Adriano Duarte Rodrigues (1990), um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade. São exemplos de campos sociais: o religioso, a família, o militar, o político, entre outros. Para o autor, a esfera da comunicação se constitui na modernidade como um campo social relativamente autônomo, "enquanto instituição de uma ordem axiológica própria, a dos valores de mediação entre os restantes campos sociais" (Rodrigues, 1990, p. 152).

chama de “organização social do poder simbólico”, ou seja, as formas de ação, interação e exercício do poder no mundo social. Além de transmitir informações e conteúdo simbólico, os meios de comunicação transformam as relações sociais, as maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e influenciam profundamente a formação do pensamento político e social. Thompson diz que não é possível estudar a mídia sem considerar os processos históricos e sociais mais amplos em que os meios estão inseridos, entendendo a mídia como “instituição” socialmente constituída e, ao mesmo tempo, constitutiva do real.

Uma característica da produção midiática que Adriano Duarte Rodrigues (1997) destaca é seu componente discursivo. O autor ressalta que os discursos são o principal produto e o resultado final do funcionamento da instituição midiática, “seu objetivo e sua expressão final”. Na superfície textual dos discursos que produz, a mídia deixa traços dos contextos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais que a singularizam no tempo e no espaço e é por meio da análise discursiva que é possível compreender os processos de produção de sentidos que a condicionam e por ela são condicionados.

Ao entender o discurso midiático como expressão dos embates que ocorrem no plano simbólico pelo poder de fazer ver e crer, aproximamo-nos da perspectiva semiológica, segundo a qual os discursos devem ser entendidos como lugar de produção social dos sentidos (Pinto, 1999). De acordo com essa abordagem, os meios de comunicação integram o processo de produção-circulação-consumo de sentidos (Araújo, 2000) e os discursos que produzem não surgem isoladamente no universo discursivo, “mas pertencem a redes organizadas por oposição ou seqüencialidade” (Oliveira, 2013, p.3). Depreendemos, assim, que a sociedade encontra-se presa a uma rede de significações e que a comunicação se constitui num processo de construção e disputa de sentidos.

No campo do estudo da mídia, a temática da produção social dos sentidos tem interface direta com o conceito de mediação. Segundo Roger Silverstone (2002, p.33), mediação implica o movimento de significados “de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro”. O autor faz um paralelo entre tradução e mediação e conclui que, assim como a tradução, a mediação nunca é completa, é sempre transformativa - “os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infindáveis (…), em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender o mundo” (Silverstone, 2002, p.34). Para Martin-Barbero (1997), o universo da comunicação não se restringe aos meios, mas diz respeito sobretudo às mediações, e a compreensão da natureza comunicativa da cultura é fundamental para entender o processo de produção de sentidos na atualidade.

Apesar de o conceito de mediação carecer de uma delimitação conceitual clara, seu uso por estudiosos na América Latina vem permitindo “deslocar o olhar da comunicação para os sentidos que a transcendem, vinculados à cultura e suas matrizes de significação complexa e múltipla” (Signates, 2006, p.75). Esse deslocamento nos possibilita abandonar a perspectiva informacional, que entende a comunicação como uma prática de transmissão e decodificação de informações entre um emissor ativo e um receptor passivo.

É importante compreender que o reconhecimento de que somos, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de sentidos não significa afirmar que temos absoluta liberdade na relação que estabelecemos com os discursos midiáticos. Há diversos tipos de condicionamentos, como as estruturas socioeconômicas, a formação educacional e religiosa, dentre outros, aos quais somos submetidos cotidianamente e que muitas vezes limitam nossas ações e pensamentos (mesmo que apenas provisoriamente).

De qualquer forma, todo esse aparato psicossocial que nos individualiza e, ao mesmo tempo, nos possibilita estabelecer relações e conquistar espaços na cena social faz de nós mediadores e contínuos produtores de significados. Essa mediação infinita é produto tanto das experiências da vida cotidiana, por intermédio de atos, palavras, ações, como da relação com os meios de comunicação (Silverstone, 2002).

Vigilância e Risco

A discussão sobre a concepção de risco é ampla e evoca desde uma perspectiva mais geral, que se ancora nas transformações sociais rumo a uma nova modernidade, até uma abordagem mais específica da saúde, baseada nos estudos da epidemiologia (Luiz, 2006). A ideia de 'risco', nos dias de hoje, desperta grande interesse, e a incorporação do termo não se restringe mais ao ambiente científico, mas ocupa as rodas de conversa, as discussões acadêmicas, o noticiário nacional e internacional. Consequentemente, "fala-se e escreve-se com freqüência sobre risco na mídia" (Castiel *et al,* 2010).

O conceito de risco é reflexo da reorientação das relações das pessoas com eventos futuros, numa espécie de "domesticação dos eventos vindouros" (Luiz, 2006). A interpretação dos perigos de acordo com noções tradicionais de destino, de conotação fatalista, é associada, na modernidade, à adoção de uma atitude calculista em relação às possibilidades de ação. Segundo Anthony Giddens (2002), essa nova postura pressupõe o reconhecimento de que nenhum aspecto de nossas atividades segue um curso predestinado e de que a humanidade está inevitavelmente exposta a acontecimentos contigentes.

Desta forma, a palavra risco passa a ser amplamente utilizada nas sociedades orientadas para o futuro, um futuro que pode ser conquistado e colonizado. É nesse sentido que Ulrich Beck postula a emergência de uma "sociedade de risco",

projetada para mitigar problemas ou crises do amanhã, onde “a verdadeira força social do argumento do risco reside nas ameaças projetadas no futuro” (Beck, 2010, p. 40). Pensar em termos de risco e estimativas de risco é um exercício permanente e, de certa forma, imponderável (Giddens, 2002) e a gestão dos riscos torna-se, assim, uma nova forma de governar populações. Para cada risco identificado, são criadas agências reguladoras e contratados especialistas responsáveis pela avaliação dos riscos (Luiz, 2006). Uma nova área de conhecimento é estabelecida, exigindo complexos mecanismos de gestão e redes de informação interligadas.

No campo da saúde, o risco individualiza-se e está ancorado numa perspectiva epidemiológica da probabilidade de ocorrência de um evento em uma dada população (Almeida-Filho & Coutinho, 2007), probabilidade que é estimada a partir do que ocorreu num passado recente (Luiz, 2006). Já fator de risco diz respeito às circunstâncias relacionadas com o aumento da probabilidade dessa ocorrência (Castiel *et al*, 2010). Multiplicaram-se, nos últimos anos, os estudos de cunho epidemiológico com objetivo de delimitar fatores de risco (Skolbekken, 1995). Na mesma medida, amplia-se o interesse dos indivíduos por fontes de informação sobre risco. Esse processo retroalimenta-se continuamente e a perspectiva do risco torna-se um componente fundamental para a organização da vida em sociedade. É estabelecida, assim, uma expectativa generalizada de que as pessoas, com base em informações adequadas, adotem determinados comportamentos para minimizar e eliminar os riscos que os impeçam de viver uma vida plenamente saudável.

Mídia e Risco

Em meio ao processo de valorização de controle dos riscos, a mídia tem exercido um papel central ao dar visibilidade aos acontecimentos e às informações científicas sobre risco, alimentando e condicionando essa nova lógica "riscofóbica". Sem se restringir apenas às probabilidades estatísticas dos riscos, a mídia busca dar uma resposta social à sensação de insegurança que caracteriza a 'humanidade em risco'. Para tanto, muitas vezes, mascara as controvérsias inerentes ao campo da ciência e, ao mesmo tempo que aponta riscos, prescreve valores e atos que indicam formas de controlá-los (Oliveira, 2013).

O caso dos emagrecedores

Os inibidores de apetite a base de anfetamina (Femproporex, Anfepramona, Mazindol) foram comercializados no Brasil durante mais de 30 anos, já a Sibutramina é um medicamento mais recente, cuja entrada no mercado brasileiro data de 1997.

Em 2010, a publicação do estudo SCOUT (Sibutramine Cardiovascular Outcomes), que avaliou o risco da utilização da Sibutramina entre pacientes obesos, motivou um amplo debate sobre o perfil de segurança deste medicamento. Conduzido durante seis anos pelo laboratório Abbott, fabricante do produto, o estudo investigou os efeitos da sibutramina em aproximadamente 10 mil pacientes. Os resultados demonstraram que o risco de desenvolver problemas cardiovasculares aumentou 16% entre os usuários da Sibutramina e que apenas 30,4% dos pacientes tratados com o medicamento haviam perdido ao menos 5% do seu peso corporal. No Brasil, os questionamentos relativos à Sibutramina foram estendidos, também, aos medicamentos a base de anfetamina, proibidos na Europa e nos Estados Unidos, mas largamente utilizados em nosso país até aquele momento.

Com base no SCOUT, as agências reguladoras de medicamento da Europa (EMA) e dos Estados Unidos (FDA) determinaram o cancelamento do registro da sibutramina ainda em 2010. No Brasil, o impasse foi solucionado em 2011, com a decisão da Anvisa em manter a sibutramina no mercado, ampliando o controle sobre a venda desse produto, e em cancelar o registro dos medicamentos a base de anfetamina (Femproporex, Anfepramona, Mazindol). Naquele momento, o Brasil figurava como o terceiro maior consumidor de anorexígenos do mundo, e a sibutramina era o inibidor de apetite mais consumido no país.

O debate sobre os emagrecedores foi conduzido em meio a uma acirrada controvérsia entre prescritores, indústria farmacêutica, usuários, e órgão regulador. A polêmica foi largamente midiatizada e permeada por debates que transcenderam a questão específica da saúde, incorporando discussões sobre a legitimidade normativa das Agências Reguladoras, sobre o papel do Estado na organização da vida em sociedade (regulação ou negação do livre-arbítrio?), sobre a autonomia de médicos prescritores, entre outras questões de caráter eminentemente político.

O corpus

Uma rápida busca com a palavra-chave "emagrecedores", no sistema informatizado de *clipping* do Ministério da Saúde (MS), listou um total de 942 notícias em 225 veículos de comunicação de suportes distintos[3], no período de outubro a dezembro de 2011 – meses que sucedem a tomada de decisão da Agência sobre os medicamentos anorexígenos. No período anterior à decisão,

[3] O sistema de *clipping* do Ministério da Saúde é um serviço informatizado bastante complexo que monitora os principais veículos de comunicação utilizados pela imprensa nacional e regional, englobando todas as mídias tradicionais (Rádio, TV, jornais e revistas impressos, e produtos jornalísticos disponíveis apenas na internet, como sites de notícias, blogs, entre outros). O total de notícias mencionado neste estudo diz respeito a esse universo. O acesso é restrito aos servidores do Ministério da Saúde, sendo possível acessá-lo porque um dos autores atua na área de Comunicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

janeiro a setembro de 2011, o sistema identifica um total de 1071 notícias com referência à palavra "emagrecedores"[4], em cerca de 170 veículos.

O total de mais de 2 mil notícias publicadas pelos principais veículos de comunicação do país no ano de 2011 evidencia o forte apelo midiático que o debate sobre os medicamentos emagrecedores adquiriu no Brasil naquele momento, fato que despertou a atenção dos autores e instigou a olhar mais de perto esses discursos.

Dada a abrangência e complexidade dos diferentes tipos e suportes de mídia disponíveis na atualidade e à impossibilidade de empreender uma análise tão abrangente a ponto de englobar todas as mídias existentes, decidimos restringir o estudo à imprensa escrita. Segundo Eliseo Verón, a imprensa escrita é uma espécie de laboratório para o estudo das transformações socioculturais dos grupos sociais e das relações entre essas transformações e a evolução dos gêneros discursivos. Além disso, comporta uma "rede de produção de discursos cuja complexidade invoca a operacionalização de um quadro conceitual de múltiplos níveis, capaz de fazer frente a essa complexidade" (Véron, 2004, p.239).

Para viabilizar o exercício de análise, definimos um recorte ainda mais preciso, com base em critérios que nos permitissem comparar os textos escolhidos. Assim, ao combinar os critérios de *periodicidade, gênero* e *função*[5], chegamos às revistas semanais de informação.

[4] O sistema informatizado do Ministério gera resultados que indicam que a palavra emagrecedores foi mencionada pelo menos uma vez na notícia pesquisada, o que não quer dizer que a matéria publicada foi direcionada integralmente ao debate do tema em questão. A análise oferecida pelo serviço de *clipping* do Ministério é estritamente quantitativa.

[5] Como afirma Eliseo Verón (2004, p.92), a *periodicidade* "determina (parcialmente) gêneros, os quais assumem habitualmente *funções* predominantes".

No ano de 2011, foi publicada uma reportagem relacionada especificamente à polêmica da regulação dos medicamentos emagrecedores no país[6] em cada uma das principais revistas semanais de informação brasileiras - Veja, Época, Carta Capital e IstoÉ. Além das reportagens identificadas, foram publicadas, no mesmo ano, quatro notas sobre o tema: uma na seção Panorama da Revista Veja e três na coluna de Ricardo Boechat, na Revista Isto É[7].

Para este trabalho, analisamos apenas as reportagens sobre o assunto: "Não faz sentido", de Adriana Dias Lopes, Laura Ming e Naiara Magalhães, publicada na edição de 20 de fevereiro na Veja; "Mão pesada", de Cristiane Segatto, publicada na edição de 20 de fevereiro da Época; "Os excessos do lobby", de Cynara Menezes, publicada na edição de 8 de outubro da Carta Capital; e "Emagrecedores Condenados", de Monique Oliveira, publicada na edição de 9 de outubro da IstoÉ. A limitação do recorte temporal a 2011 deve-se ao fato de que, naquele ano, foi definida a situação dos medicamentos emagrecedores no Brasil.

As reportagens foram analisadas a partir do referencial teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais, tendo como base seus três postulados centrais: o da Semiose Infinita, o da Heterogeneidade Enunciativa e o da Economia Política do Significante. De acordo com o postulado da Semiose Infinita, qualquer objeto, verbal ou não verbal, é sempre semantizado, dotado de múltiplos sentidos e pode ser considerado um pacote significante (Pinto, 1994). A Semiologia considera que o sentido é múltiplo e está sempre em movimento: "cada significante remete para outro(s) significantes(s), não se chegando a um sentido estável, a não ser muito provisoriamente" (Araújo, 2000, p.130). Já o postulado da Heterogeneidade Enunciativa diz respeito à multiplicidade de vozes que compõem e constroem um

[6] Destacamos aqui, apenas, as reportagens cujo tema principal é o debate sobre os emagrecedores. Matérias em que o tema apareceu de maneira acessória foram desconsideradas neste estudo.

[7] Os dados foram extraídos do serviço de *clipping* do Ministério da Saúde. A busca no sistema informatizado foi feita a partir das palavras-chaves: emagrecedores, anorexígenos, e sibutramina.

enunciado ou discurso. O terceiro postulado, o da economia política do significante, estabelece que todo objeto significante funciona sob a lógica de um mercado: é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente (Pinto, 1994). Esse conjunto de ideias-matrizes sustentam o nosso olhar sobre o corpus de análise.

A leitura

Nas quatro reportagens analisadas, a palavra risco é utilizada sem a preocupação com uma delimitação conceitual clara. Em alguns trechos, risco é entendido como sinônimo de perigo, como na matéria da Revista Carta Capital: "*O que sabemos é que esses medicamentos são péssimos: não têm eficácia comprovada e seu perfil de segurança é desfavorável, ou seja, os riscos são maiores do que os benefícios".* A mesma concepção aparece em trecho da reportagem da Revista Veja: *"Ainda que tabagistas esbravejem, suas tragadas incomodam e são um risco à saúde de outros por perto".*

Na matéria da Revista Época, a palavra risco é citada quatro vezes e o termo aparece com duas acepções. A primeira refere-se a uma possibilidade de ocorrência de um evento adverso particular: *"No grupo que tomou sibutramina, o índice [de problemas cardiovasculares] foi de 11,6%. Ou seja: o risco aumentou 16%".* O termo também é utilizado em outro trecho da matéria como medida de vulnerabilidade, relacionando diferenciais de morbidade entre grupos: *"Embora o estudo tenha sido realizado com um grupo de alto risco, as autoridades europeias estenderam as conclusões para a população em geral".*

Essa lacuna conceitual pode ser explicada pelo caráter exotérico dos discursos midiáticos, que busca atingir um público universal e não especializado. Segundo Adriano Duarte Rodrigues (1997), a mídia faz uma espécie de tradução dos discursos das instituições (discurso esotérico) de forma a torná-los inteligíveis para

os seus públicos. Desta forma, não há uma preocupação com delimitações conceituais rígidas, mas, sim, com a clareza da linguagem em prol do entendimento do público leitor.

No entanto, ao utilizar indiscriminadamente expressões de cunho epidemiológico (como na aproximação recorrente entre “risco relativo” e “excesso de risco”), as matérias jornalísticas fazem um dimensionamento desproporcional do risco e contribuem para o processo de reificação do risco como fenômeno natural, objetivo, identificável cientificamente e não como um produto da conduta humana (Luiz, 2006).

É interessante perceber que as notícias omitem, em geral, as controvérsias do campo científico e adotam como verdadeiro um dos pontos de vista em disputa. No caso da polêmica dos emagrecedores, a controvérsia é apresentada do ponto de vista político (médicos vs agência reguladora), mas, ao abordarem os estudos científicos relativos à segurança dos emagrecedores, os dispositivos mascaram as contradições existentes e optam por dar visibilidade às pesquisas que vão ao encontro do posicionamento adotado.

As matérias das revistas Veja, Época e Isto É posicionam-se contrárias à decisão da Anvisa pela retirada dos medicamentos anorexígenos do mercado. Para marcar sua posição, esses veículos reverberam a argumentação dos médicos endocrinologistas, citando os estudos utilizados por esses profissionais para se contrapor à Anvisa. Como exemplo, destacamos os subtítulos das Revistas Isto É e Veja. Revista Isto É: “*Proibição de remédios derivados da anfetamina contraria médicos e deixa alguns pacientes sem opção*”; Revista Veja: “*A intenção da Anvisa de banir os anorexígenos das farmácias, além de ferir as liberdades individuais, é uma ameaça à saúde de 16 milhões de brasileiros”.* Já as estratégias discursivas da reportagem de Carta Capital são adotadas no sentido

de apoiar a decisão governamental. Essa opção fica clara em trechos, como: *"O mercado multimilionário do emagrecimento acaba de sofrer um duro golpe no Brasil".* Neste texto, as vozes que ocupam o centro da cena discursiva são aquelas que apoiam o posicionamento da autoridade sanitária.

A tomada de posição dos veículos no que diz respeito à controvérsia dos emagrecedores deixa transparecer o caráter ideológico dos dispositivos midiáticos. Nesse sentido, Valdir Oliveira (2013) afirma que "a mídia jornalística cria uma relação tensa com o campo da saúde porque ambos os campos são ligados a diversas formas de poder, de dizer, de nomear e de interpelar os atores e as situações sociais em que vivem" (Oliveira, 2013, p. 1).

A polêmica é retratada sob a lógica midiática, que destaca os fatores de risco, mas oferece discursivamente formas de segurança em contraposição a esses riscos (Oliveira, 2013). Para Oliveira, essa característica do *campo dos media* pode ser entendida a partir do que Ulrich Beck chamou de sociedade reflexiva e diz respeito a "respostas" da sociedade para superar as situações negativas relacionadas à saúde e à doença e, assim, conviver com o sentimento de insegurança ontológica que a modernidade viu emergir.

A forma como as reportagens analisadas referem-se ao "risco à saúde" parece ratificar o que Anthony Giddens destaca como característica da sociedade tardia: a colonização do futuro a partir de ações orientadas para o presente. Informar sobre os riscos é, também, apontar mudanças de comportamento que permitam aos indivíduos driblar as inúmeras ameaças cotidianas a sua saúde. Significa, ainda, promover medidas, como a medicalização dos riscos e o autocontrole, como padrões de conduta desejáveis. A importância de se praticar exercícios físicos, controlar a obesidade, ter uma alimentação saudável, consultar médicos regularmente são mensagens que todas as reportagens analisadas trazem, de

forma mais ou menos explícita, como modelos comportamentais a serem seguidos.

Desta forma, quando os textos mencionam a falta de opção para os obesos (obesidade entendida como sinônimo de doença), os benefícios da medicalização como terapia alternativa para quem não consegue emagrecer e a necessidade de manter uma alimentação saudável, fica clara a ideia subjacente a esses discursos de "policiamento da vida" como forma de prolongamento da existência humana e adiamento da morte, e da privatização do risco, na qual o indivíduo pode e deve exercer um controle fundamental sobre o seu futuro ao agir de maneira racional para reduzir seu risco pessoal para uma variedade de doenças, reforçando uma tendência moralista de culpá-lo pelos resultados da sua saúde (Rochhill, 2001).

Valdir Oliveira (2013) explica que esse tipo de aconselhamento passou a existir nas práticas discursivas midiáticas a partir de um cenário de escassez de pontos de orientação firmes e seguros e de guias confiáveis. Com isso, as narrativas jornalísticas se transformaram em poderosas ferramentas para interpelar os atores sociais e enfatizar determinados sentidos sobre a saúde, "sugerindo e apontando para uma suposta inteligibilidade e segurança ontológica sobre a vida na sociedade reflexiva" (Oliveira, 2013, p.5).

Nas reportagens analisadas, essa tentativa de estabelecer inteligibilidade aos fatos sociais como forma de evitar a indeterminação dos sentidos está presente nos textos, principalmente por intermédio do posicionamento que as revistas adotam em relação à decisão da Anvisa, facilmente identificável, como explicamos anteriormente. No entanto, a leitura das matérias indica, também, que, mesmo procurando estabelecer verdades sobre a segurança (ou insegurança) do consumo de emagrecedores, as narrativas jornalísticas não estiveram imunes ao ambiente de indefinição que caracterizou a discussão sobre a retirada desses

emagrecedores no Brasil. O debate foi retratado pelos dispositivos jornalísticos, principalmente, sob o ponto de vista político, ficando a discussão sobre a segurança e eficácia dos emagrecedores, em muitos momentos, relegada a um segundo plano.

Considerações finais

No contexto da discussão do risco como racionalidade política, é importante ressaltar a importância da mídia, principalmente das narrativas jornalísticas. Ao disseminar informações sobre riscos e sobre os padrões adequados de comportamento para minimizá-los, os dispositivos midiáticos reiteram a lógica de controle dos riscos como mecanismo de organização social. No entanto, é importante destacar que os dispositivos midiáticos não são responsáveis isoladamente pelos sentidos produzidos sobre saúde, mas são partes integrantes de contextos políticos, sociais e econômicos amplos que os influenciam e os condicionam.

Nas quatro reportagens analisadas, identificamos uma série de discursos naturalizados, referenciados como verdades absolutas, mas que dizem respeito a um modo de perceber o mundo característico do momento histórico em que vivemos. A “economia da gestão dos riscos” é um desses discursos, assim como a associação entre obesidade e doença. Além disso, os argumentos da epidemiologia para justificar as ações de controle dos riscos à saúde são utilizados por todos os sujeitos referenciados nas reportagens, tanto pelos que se posicionam a favor da retirada dos emagrecedores, quanto os que se dizem contrários à medida, evidenciando a crença na objetividade da Ciência.

A busca pela compreensão dos sentidos produzidos pela mídia jornalística impressa, como sublinha Valdir Oliveira (2013, p.6), deve levar em conta que este

espaço discursivo é uma arena de disputas simbólicas, “permeadas por determinadas condições de produção e de enunciação e que, por sua vez, são atravessadas por variáveis socioculturais”. Esse espaço também serve aos propósitos da cientificação reflexiva (Beck, 2010), característica da modernização tardia, na qual a ciência é confrontada por seus próprios produtos, defeitos e problemas secundários, ou seja, suas alegações de verdade são desmistificadas e o ceticismo científico é estendido aos seus fundamentos e consequências externas.

Destacamos, por fim, que uma perspectiva racionalizante parece permear todos os textos, postulando a necessidade de controle coletivo e individual sobre os riscos à saúde e desvelando assimetrias inerentes às cenas social e discursiva. A adoção de um estilo de vida saudável é entendido como recurso e responsabilidade do indivíduo e a interpretação e manejo de dados epidemiológicos, dever dos órgãos reguladores, das instituições médicas e dos setores governamentais. Essa perspectiva nos remete à abordagem conservadora da promoção da saúde, que valoriza mecanismos de culpabilização do indivíduo e aprofunda a distância entre o gestor ou profissional de saúde (vistos como detentores do conhecimento) e os cidadãos comuns (responsáveis por receber e reproduzir conhecimentos pelo bem de sua saúde).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida-filho, N. & Coutinho, D. (2007). *Causalidade, Contingência, Complexidade: o Futuro do Conceito de Risco.* PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):95-137.

Araújo, I. (2000). *A Reconversão do olhar.* São Leopoldo: Editora Unisinos.

Barbero, J.M. (1997). *Dos meios às mediações.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed.34.

Bourdieu, P (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Bourdieu, P. (2003). *A Dominação Masculina.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

Castiel, L.D, Guilam M.C.R & Ferreira, M.S. (2010). *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Luiz, O.C. (2006). *Ciência e risco à saúde nos jornais diários.* São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Cesco.

Oliveira, V.C. (2013). Os sentidos da saúde nas mídias jornalísticas impressas. In: *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. 6* (4), suplemento. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br

Pinto, M.J. (1994). *As marcas lingüísticas da enunciação.* Rio de Janeiro: Numem Editora.

Pinto, M.J. (1999). *Comunicação e discurso.* São Paulo: Hacker editores.

Rockhill, B (2001). *The privatization of risk*. Am J Public Health, 91(3), 365-8.

Rodrigues, A.D. (1997). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: Mouillaud, M. & Porto, D. (Org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15.

Rodrigues, A.D. (1990). *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Ed. Presença.

Signates, L. (2006). Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. In: Souza, M.W (org). *Recepção midiática e espaço público: novos olhares*. São Paulo: Paulinas.

Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia?*. São Paulo: Ed. Loyola.

Skolbekken, J. (1995). *The risk epidemic in medical journals*. Soc.Sci.Med, v.40.

Thompson, J.B. (2013). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

Verón, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos.